



**UNIVERSIDADE EDUARDO
MONDLANE**

FACULDADE DE LETRAS E CIENCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTORIA

Licenciatura em História

Trabalho Final de Curso

Dinâmica da circulação da moeda em Moçambique, 1910 até c. 1980

Discente:

Samussodine Salomão Mutuque.

Docentes:

Marlino Eugénio Mubai, PhD

Arnaldo P. Teixeira Caliche, MA:

José Cláudio Mandlate, MA

Maputo, Novembro de 2019

Dinâmica da circulação da moeda em Moçambique, 1910 até c. 1980

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção de grau de licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane.

Samussodine Salomão Mutuque

Departamento de História
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Novembro de 2019

⁷Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé.
⁸Desde agora, a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor,
justo juiz, me dará naquele Dia; e não somente a mim,
mas também a todos os que amarem a sua vinda.

2 Timóteo 4:7-8

Maputo, Novembro de 2019

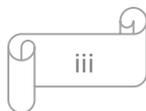
Índice

Declaração	iii
Dedicatória	iv
Agradecimento	v
Resumo.....	vii
Conceitos/abreviaturas	viii
Cronologia.....	ix
Capítulo I: Introdução	1
Objectivos.....	1
Geral	1
Específicos.....	2
Problematização e Revisão da literatura.....	2
Pergunta de Partida.....	5
Argumento.....	5
Metodologia.....	5
Apresentação da estrutura do trabalho.....	7
Capítulo II: Historial das trocas comerciais	8
Capítulo III: Circulação da Moeda no período colonial, 1910-1950	12
Sistema colonial e heterogeneidade do espaço português	12
Heterogeneidade de imposto	18
Política monetária	21
Limitação da política monetária	26
Boletim de Câmbios a vigorar em 7, 8 e 9 de Junho de 1980, escudo	27
Capítulo IV: Nacionalismo e a independência monetária, 1960- c.1980.....	28

Boletim de Câmbios a vigorar em 16, 17 e 18 de Junho de 1980, Metical	32
Espaço e a Moeda	32
Capítulo V: Considerações finais	33
Capítulo VI: Fontes	34
Primárias	34
Secundárias	35
Capítulo VII: Anexos	38

Declaração

Declaro que este trabalho nunca foi apresentado, para obtenção de qualquer grau acadêmico, e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, por essa razão estão indicadas no texto as fontes que foram usadas.



Dedicatória

Em primeiro lugar, dedico este trabalho ao meu pai (Salomão Mutuque), Moisés da minha vida, me fez atravessar diversos rios da vida e não pode estar comigo na terra prometida, que Deus guarde a sua alma papá. Em segundo lugar as minhas rainhas (Delfina Cuna que Deus a tenha, Matilde Chitlhango e Tamara Chitlhango), são mulheres que fazem de mim, a pessoa que sou, aos meus irmãos (Dionízio que Deus o tenha, Almone, António e Anselmo), as minhas irmãs (Almina e Clementina), ao meu amigo (Justino Chaúque), a minha amiga (Dinacarla Mandlaze), ao meu pastor (Paulo Mbalango) pelos ensinamentos, a doutrina tem servido para o meu crescimento e aos meus irmãos da trincheira (Abranches Cossa e Inocencia Sumbane).

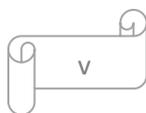
Agradecimento

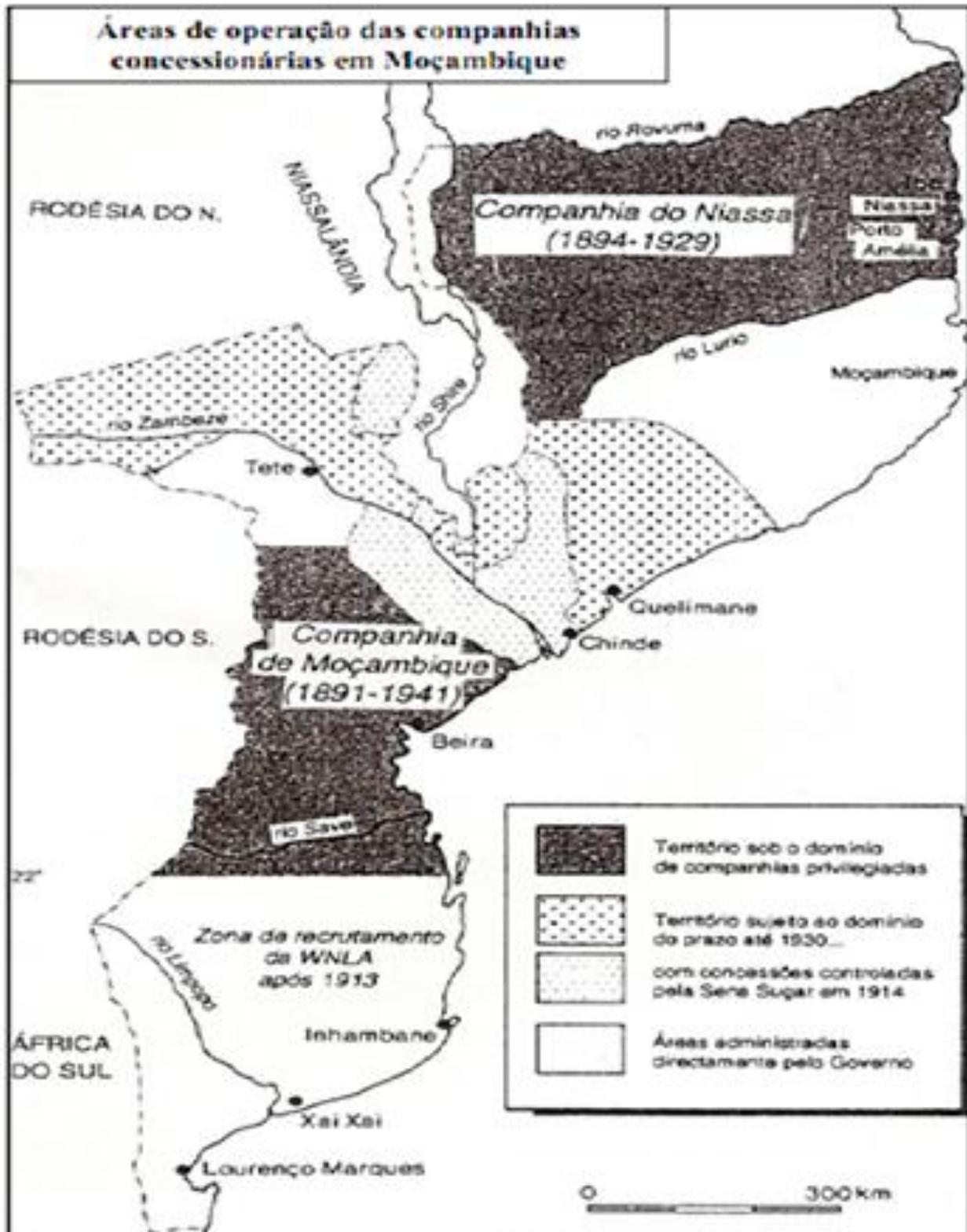
Este trabalho é resultado de conjugação de várias forças, sozinho não teria chance para chegar até este momento, portanto agradeço aos meus colegas de turma de história, principalmente ao grupo de 2016, em especial a colega Dercio Nhanombe, Mauricio Chipatime e Rita Chiure.

Aos professores de departamento de história da UEM, em especial aos que fizeram parte deste trabalho: Dr. Paulo Lopes, Dr. Marlino Mubai, dr. José Cláudio Mandlate, dr. Arnaldo Caliche e ao dr. Napoleão Gaspar.

A equipe do Museu Nacional da Moeda, de onde surgiu a ideia de fazer pesquisas sobre a “Moeda” e sua influência na história de Moçambique, em especial ao dr. Januário.

Aos funcionários da Biblioteca do CEA, Biblioteca Brazão Mazula, Centro de Documentação de Banco de Moçambique e equipe de todos departamentos do Arquivo Histórico de Moçambique.





NEWITT, Maïyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997. p. 32x.

Resumo

O presente trabalho, disserta sobre a especificidade da economia da colónia portuguesa e a dificuldade de afirmação da identidade portuguesa no seu espaço colonial através da dinâmica da circulação da moeda em Moçambique. Sabe-se que, a circulação da moeda nesta região resulta da interacção deste povo com outros povos, onde se destacam os asiáticos a partir de VIII e europeus, a partir de séc. XV, que negociavam com este povo.

A circulação da moeda na África Oriental, verifica-se primeiro nas zonas litorais a partir dos anos 1700 e em 1850 verifica-se a circulação de numerários de diversas origens, o que dificultava o desenvolvimento. Com a colonização, administração colonial levou muito tempo para efectivar-se, na medida em que a moeda implantada fragmentou o país, são práticas que quase foram herdadas pelo Moçambique independente.

A partir dos finais do séc. XIX até final do séc. XX exploram-se as legislações monetárias, e a legislação laboral. Através da circulação da moeda, percebe-se que a efectivação do plano colonial português foi gradual, ao mesmo tempo a moeda demonstrou a fragilidade financeira de Portugal.

Palavras-chave: Moeda, Economia, Colonialismo, Companhias, Moçambique, Portugal.

Conceitos/abreviaturas

AHM – Arquivo Histórico de Moçambique.

B. T. – Boletim Trimestral.

BCE – Biblioteca Central.

BNU – Banco Nacional Ultramarino.

Câmbio – taxa de câmbio é uma relação entre moedas de dois países que resulta no preço de uma delas medidas em relação à outra. Mas, além de expressar quantitativamente a condição de troca entre duas moedas, a taxa de câmbio expressa as relações de troca entre dois países.

Equivalência – Correspondência de valor, natureza, ou função, relação de paridade

Imposto – É todo o montante de dinheiro que os cidadãos de um país devem pagar ao Estado para garantir a funcionalidade de serviços públicos e colectivos.

Fiduciárias – Moeda que circula em forma de notas, criada pelo instituto emissor.

Lobolo – é um costume cultivado até hoje no Sul de Moçambique. Segundo esta tradição, a família da noiva recebe dinheiro pela perda que representa o seu casamento e a ida para outra casa.

Moeda – é o meio pelo qual são efetuadas as transacções monetárias. É todo activo que constitua forma imediata de solver débitos, com aceitabilidade geral e disponibilidade imediata, e que confere ao seu titular um direito de saque sobre o produto social.

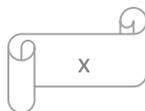
Padrão ouro – Sistema monetário internacional.

Plafound – Limite superior, **plancher** – limite inferior, de uma quantidade, de um preço ou de uma taxa.

Cronologia

- 29/12/1852 – É publicado o decreto que retirava a circulação de moedas estrangeira, para dar espaço ao “reino” moeda de Portugal além desta estavam permitidas as moedas inglesas, as peças brasileiras, as patacas espanholas e outros.
- 12/05/1864 – Por iniciativa de Francisco de Oliveira Chamiço, criou-se Banco Nacional Ultramarino como forma de poder coordenar a exploração, com capital associado e a sede em Lisboa.
- 02/04/1877 – Foi estabelecido Banco Nacional Ultramarino nas Ilha, que em 1883 chegou a Lourenço Marques.
- 26/09/1891 – Foi outorgado a carta da concessão de terra para as companhias majestáticas (Niassa e Moçambique).
- 1897 – Com fim da campanha de pacificação no Estado de Gaza, inicia-se o estabelecimento de Estado colonial e a exploração de Moçambique.
- 05/10/1910 – Foi implantado a República em Portugal com queda da monarquia e a sua proclamação oficial só aconteceu no dia 8 do mesmo mês.
- Em Agosto de 1911 é decretado a modificação monetária por apresentar defeito quanto a sua unidade, toque, material peso e dimensões, era um numerário com algarismo maior mas com quantia pequena.
- 27.03.1926 – Diploma legislativa colonial de número 100, que definiu três anos para recolha de notas de libras.
- 23/04/1932 – Foi estabelecido o fundo cambial, uma forma de restabelecimento do fundo cambial da portaria 233, que seria exportação de 75% das receitas que eram cobrados em ouro para metrópole, no mesmo ano foi criada a zona de escudo que tinha como objectivo proteger a economia.
- 1942 – Como forma para resolver a falta de mão-de-obra nas plantações a única solução que o governo colonial teve, foi a emissão de circular 818/D7, de 7 de Outubro, circulara relacionado com a colecta de Imposto.
- 1951 – Revisão da Constituição, Moçambique deixa de ser colónia e passa ser uma província, factor que contribui para mudança da própria moeda, no reverso da moeda só consta o substantivo Moçambique.

- 1961 – Criação da zona monetária de escudo, como resposta aos movimentos nacionalistas que acabavam de emergir nas colónias.
- 1975 – No dia 25 de Junho, Moçambique proclama a sua independência.
- 1977 – Assinalou-se a transformação da Frelimo em partido marxista-leninista, assim definiu a linha do governo, que Moçambique enveredaria pela via socialista.
- 1980 – Criação de Metical, moeda moçambicana, Lei nº 2/80 de 16 de Junho, correspondendo a consolidação da conquista.



Capítulo I: Introdução

A relação de trocas comerciais em Moçambique, tem sido movida pela influência de vários povos. Mesmo antes da colonização propriamente dita, registou-se presença de árabes e outros povos que como forma de adquirir produtos, estabeleciam um sistema de troca de produto por produto. Com a penetração portuguesa em Moçambique, o processo de troca passou a sofrer transformações sobretudo depois do estabelecimento da administração colonial.

Este trabalho centra-se na dinâmica da circulação da moeda em Moçambique, entre 1910 à c. 1980, o período da administração colonial em Moçambique é caracterizado por heterogeneidade, no espaço colonial português, uma situação causada pela fragilidade económica e financeira de Portugal, que viu-se obrigado a conceder espaço ao capital externo através das companhias e do trabalho migratório para países vizinhos.

A fragilidade económica e financeira do Estado colonial, foi herdada pelo Estado pós-colonial, conseqüentemente as práticas da acumulação de capital externo continuaram, principalmente, o trabalho migratório para países vizinhos e, ainda, em Moçambique, verifica-se o uso de moedas internacionais, tanto nas transacções internas, assim como internacionais.

Sendo a moeda, um dos indicadores da unidade territorial, Portugal procurou usar como um instrumento para a criação da identidade colonial, na medida em que a circulação de várias moedas em Moçambique diminuía o poder de Portugal em relação as companhias, principalmente, as majestáticas que tinham um certo poder, onde a companhia de Moçambique chegou a cunhar a sua própria moeda. Noutras companhias observa-se a circulação de moedas que não identificavam a hegemonia portuguesa na sua própria colónia.

Também, no pós independência o governo de Moçambique, continua com o mesmo desafio, que consistia em afirmar o metical no território nacional, onde a legislação foi o principal instrumento para demonstrar a unidade nacional através da moeda.

Objectivos

Geral

- Analisar a especificidade da economia monetária em Moçambique, de 1910 à c. 1980.

Específicos

- Discutir a dinâmica da circulação da moeda;
- Identificar a legislação e a evolução da política monetária;
- Comparar a circulação monetária do período colonial com pós-colonial.

Problematização e Revisão da literatura

A questão da dinâmica da circulação da moeda, 1910 até c.1980, constitui um problema, primeiro para afirmação da identidade do governo colonial português com seu escudo, no território moçambicano, uma situação herdada pelo governo independente de Moçambique, de que forma a especificidade económica, cria dificuldade para afirmação da identidade de uma nação?

A moeda é um elemento fulcral para viabilizar o desenvolvimento de qualquer Estado, não só, é também, usada para demonstrar área de jurisdição de uma nação ou Estado. Com estabelecimento da administração colonial em Moçambique, implicou a redefinição das políticas monetárias para dar espaço as moedas autorizadas a circular.

Em Moçambique até 1851 verificava-se a circulação de diversas moedas, que em 1852 foram proibidas para dar espaço ao reino português e algumas moedas. Também, em 1877 foi estabelecido o Banco Nacional Ultramarino, como forma de coordenar a colonização, mas o sistema colonial implementado dividiu Moçambique; 2/3 foi deixado para as companhias majestáticas e arrendatárias e o sul e algumas regiões foram deixados para administração directa de Portugal, este sistema permitiu a circulação de muitas moedas em Moçambique, dificultando a afirmação de escudo e a soberania portuguesa na colónia.¹

Sendo a moeda um elemento que socialmente é usado para diversos fins, essa dinâmica na circulação de numerário permite perceber, a dimensão territorial de uma determinada potência ou de uma nação.

O estudo da circulação da moeda primeiro perceber que a transformação do povo deveu-se a intervenção estrangeira: dos mercadores asiáticos e europeus que culminou com a dominação colonial e estabelecimento da nova economia, onde foi implantado uma nova administração,

¹ Langa, 1995:

onde 2/3 de território foi deixada para companhias arrendatárias e majestática e o resto de território foi sob administração directa de Portugal que permitiu a mudança da moeda na companhia de Moçambique a rupia de Índia inglesa, peso Maria Teresa, pataca mexicana, shilings e moedas portuguesas de cobre e prata foram banidas e Banco da Beira tinha que emitir a moeda da companhia, mudança no sistema tributário e finalizar descreve o impacto social de novo sistema.²

Com desenvolvimento de colonialismo verifica-se a reformulação das leis coloniais, o desenvolvimento de nacionalismo económico desde a criação da zona de escudo em 1932, intensificação de culturas obrigatórias e trabalho forçado que vieram aumentar greves devido a salário miseráveis, na década 1940 extinção das companhias, na década 1950 início das reformas na administração colonial. É uma abordagem de reforço no sistema colonial e seu impacto socioeconómico.³

Essas reformulações faziam sentir também a nível da própria política monetária, na medida em que a penetração estrangeira é o início da circulação de numerário, aponta o período colonial como sendo o momento em que a própria moeda sofreu uma evolução, partindo do estabelecimento do B. N. U. em Moçambique no ano de 1877,⁴ depois seguiu o momento de saneamento numerário, onde as moedas não autorizadas eram proibida, entre varias moedas que circulam havia choque em Moçambique, o decreto No 70 de 15 de Dezembro de 1896 proibia a circulação de moeda estrangeira, mas continuavam circular principalmente no distrito de Lourenço Marques.⁵

Como forma de responder as exigências conjunturais, com desenvolvimento de colonialismo, acredita-se os novos tempos obrigam na incrementação de novas actividades económicas que alimentavam a economia colonial, onde aponta-se a intensificação de desenvolvimento da agricultura e de trabalho migratório. Um dos aspecto que contribuiu para quem libra esterlina invadisse espaço colonial português⁶ Ainda no mesmo diapasão afirma-se que o início da

² Serra (Dir.), 2000

³ Hedges (Coord.), 1999

⁴ Folgosa, 1956

⁵ Camacho, 1922

⁶ Covane, 2001

economia colonial que motivou a circulação da moeda, é catalisador trabalho migratório para as minas, apesar de este não ser o início desta actividade, mas teve um grande papel, para sua intensificação ⁷

A especificidade da circulação da moeda, fez sentir também na colecta de imposto, marcando divisões territoriais na colónia, que seguiam o modo de colecta, onde só em 1942, todo território começa a pagar imposto nas mesma condições, com fim da companhia de Moçambique.

Foi neste período em que o significado de imposto foi evoluindo, onde foi abandonado o imposta de palhota, para capitação, tinha que ser paga em numerário, todas essa mudanças constituem uma forma de acumular mais capital, não só, também o povo era obrigado a trabalhar para conseguir pagar o referido imposto, principalmente na década 1940, onde o governo colonial vai emitir circular D7/818, de 7 de Outubro de 1942, o trabalho migratório em todas zonas de Moçambique em direcção ao países vizinhos foi uma das hipóteses para conseguir responder a conjuntura. ⁸

Depois da segunda guerra mundial, o governo colonial foi obrigado a implementar novas estratégias, para poder continuar nas sua colónias, em 1951, as colónias passaram novamente a serem considerados como províncias ultramarinas, para justificar a colonização, na década 1960 inicia a onda de nacionalismo, ⁹ o governo colonial português nos 1960, cria zona monetária de escudo, uma forma de aumentar a dependência das colónias, mas em 1975 Moçambique chega a independência, opta por socialismo, os bancos estrangeiros sedeadas em Moçambique tentaram sabotar a economia através da saída ilegal de dinheiro. ¹⁰

Nos primeiros anos da independência, o governo independente foi obrigado a continuar com escudo colonial, a 16 de Junho de 1980, foi introduzido o Metical que representa a conquista do povo moçambicano contra o colonialismo, o escudo que representava opressão foi eliminado na mesma data. ¹¹

⁷ Loforte, e Geoffrey

⁸ Cuamba-Machona, 2005

⁹ Rocha, 2006

¹⁰ Wuyts, 1983

¹¹ Banco de Moçambique, 2016

Pergunta de Partida

De que maneira a especificidade económica criou dificuldades, para afirmação da identidade portuguesa no seu espaço colonial?

Argumento

A dinâmica da circulação da moeda em Moçambique, permite perceber a dimensão económica e social do colonialismo, onde apesar da derrota da resistência, o processo de estabelecimento total da administração colonial levou muito tempo para se efectivar, e a moeda implantada fragmentou o país e trouxe especificidade para cada região de Moçambique. Com efeito este trabalho argumenta que a circulação da moeda em Moçambique, demonstra a fragilidade da unidade territorial.

Metodologia

Tendo em conta a natureza do trabalho e o ramo que está enquadrado, para o sucesso desta pesquisa vai se usar procedimento específico, que consiste em classificar as fontes primárias e secundárias. As primárias estão contidas no Arquivo Histórico de Moçambique, fundo do Governo-geral, que dizem respeito ao Banco Nacional Ultramarino e as Companhias Arrendatárias e Majestáticas. Documentos do Arquivo do Museu Nacional da Moeda, também fazem parte deste grupo Jornais do período em análise.

No que concerne aos documentos secundários, foi efectuada uma pesquisa bibliográfica das diferentes instituições, onde se destaca, CEA, BCE, Centro Documental de Banco de Moçambique, são documentos que analisam administração colonial e pós-colonial, política monetária, ambiente socioeconómico de Moçambique. Para dar maior consistências ao argumento apresentado, privilegiamos apresentação de alguns números que justificam o argumento do trabalho, também a ilustração de alguns mapas que demonstram a circulação, as fotografias referentes as diversas moedas que estiveram a circular neste território.

As escolhas destas fontes deve-se em primeiro lugar ao facto de serem complementares, na reconstrução da história de Moçambique, principalmente para circulação da moeda neste território, também houve limitação, no que refere legislação da circulação da moeda no tempo colonial, na medida em que não foi possível ter Boletim que refere a legislação monetária, só foi

possível, a reconstrução da política monetária através dos documentos das diversas instituições e individualidades da época colonial.

Portanto esta é uma pesquisa bibliográfica e documental, nesta parte trata-se de usar obras e trabalhos elaborados por outros autores que podem estar publicados ou não, em livros, jornais ou revista científica, não só, abrange-se a técnica documental que são fontes primárias que são usadas como suporte para pesquisa em combinação com medidas expostas.

Apresentação da estrutura do trabalho

O presente trabalho está dividido em três capítulos:

O capítulo II (Historial das trocas comerciais), é forma de contextualização, onde faz narração das diferentes formas de trocas comerciais até ao momento da colonização que é o nosso objecto de estudo, através desta contextualização percebe-se a circulação da moeda no espaço colonial português e no Moçambique independente.

O capítulo III (Circulação da Moeda, 1910 até c. 1950), onde se aborda o Sistema colonial e heterogeneidade do espaço português, discute-se os factores que proporcionam a dinâmica da circulação, aponta-se as moedas que circularam neste território durante o período em análise, vai analisar a estratégia de desenvolvimento económico que é muito fundamental para circulação de várias moedas, observa-se a política monetária e as suas limitações.

O capítulo IV (Nacionalismo e a independência monetária, 1960- c.1980), aqui observa-se a circulação da moeda nos últimos anos do colonialismo, como a moeda foi usada como tentativa de bloquear a manifestação nacionalista, mostrando adaptação da circulação da moeda a nova conjuntura política e económica, também são abordados os primeiro anos da independência, mudança de escudo para o metical, comparação da circulação das duas moedas.

Capítulo II: Historial das trocas comerciais

No que concerne ao historial das trocas comerciais em Moçambique, em primeiro lugar, vamos destacar o período pré-colonial, que vai até aproximadamente a década 1850. Antes da intervenção externa, na economia dos africanos, no território que actualmente chama-se Moçambique, verificou-se o uso de produtos e outros objectos em representação da moeda, a moeda é o meio pelo qual são efectuados as trocas comerciais ainda considera-se moeda tudo aquilo que é a aceite para troca de bens, a moeda teve vários estágios, a sua evolução resulta da evolução da humanidade e do comércio.

O primeiro momento das trocas comerciais, foi muito definido pelas condições geográficas, na medida em que os recursos, não são distribuídos da mesma forma em todo território, mas todos eles são fundamentais para sobrevivência de seres humanos, nessa altura os produtos de destaque são, sal, mineiros de cobre e ferro, panos de algodão, manchiras, cereais e objectos de adornos”. já em 1700 há registo de trocas comerciais entre diversas comunidades o que permitiu o suprimento das necessidades.¹²

Os reinos de Mwenemutapa e Mombara que estavam separados entre rios estiveram envolvido neste esquema onde para comercializar os membros de uma família ou uma comunidade dirigiam-se para um local previamente estabelecido e depositavam os bens que desejavam permutar, os membros de outra família ou comunidade aproximavam-se e dispunha o que tinha para oferecer, primeiro inspeccionavam se ficassem satisfeitos levavam os bens, faziam de tudo para evitar conflito.¹³

A enxada também serviu de produto de troca com sal, peixe, pano entre outros produtos. Com 15 enxadas poderia adquirir uma vaca. Também há informação de alguns metais que foram verificados em Inhambane que corriam como moeda-mercadoria “Megenos e os Mtxudos”, Mugena foi usado em Bazaruto onde poder obter cafreais, também Mugena era medida em 16

¹² Loureiro, sd:76

¹³ Museu Nacional, pp. 1-5

pedaços de Goma-copal, outro elemento que fez parte das trocas comerciais é o boi que em algumas instâncias tinha um valor superior a ouro.¹⁴

O continente africano, assim como Moçambique foi marcado pela penetração estrangeira, uma situação que contribuiu muito para mudança de trocas comerciais, neste período destaca-se a moeda mercadoria que tinha tomado outros contornos, era tido como objecto adorno, assim como de poder, rezam as crónicas que este acto verifica-se já desde séc. VIII. Os pioneiros destas trocas comerciais, são asiáticos, principalmente, os árabes muçulmanos, que eram designados mouros pelos portugueses, estes entraram em contacto com os Mwenemutapa e outro reino, onde o ouro era o produto mais procurado,¹⁵ Marfim também constituiu, um dos produtos mais procurados. Era exportado para Índia, o mesmo passava como tecidos que eram 20 panos que funcionavam uma corja, este regulou o comércio.¹⁶

Os portugueses no séc. XVI substituíram os árabes no giro comercial onde houve resistência, na primeira instancia o método comercial que foi introduzido foram missangas que eram usadas para obter ouro e marfim em troca, em relação ao pano também era conhecido como fazenda “o bertangil ou chuabo” que normalmente eram vermelho, azul ou preto constituía a principal unidade de troca em troca em dimensões 3,52x0,66m.¹⁷

São esses panos que serviam para fazer a conversão dos vários tecidos e diversas qualidades, os panos eram corrente em varias regiões do país, centro urbanos como Sena, Tete, Sofala e Inhambane, inclusive Ilha de Moçambique, as missangas conhecidas como conta ou velório eram importada da Veneza na Itália no séc. XVIII. Panos e Missangas eram considerados bens de prestígios, socialmente inicia a diferença trazida por estes produtos, ouro era uma moeda mercadoria na qual os portugueses estavam interessados, o ouro circulava em pó e o metical era unidade de troca. O metical tinha em Moçambique 4,83 grama esta quantidade de ouro em pó, o cobre também foi utilizado nas transacções comerciais apresentava-se em bruto, em barras mais

¹⁴ Loureiro, p. 79

¹⁵ Serra, 1982:24

¹⁶ Lobato, Alexandre. Breve Realce da história monetária de Moçambique in Estudos Moçambicanos (artigos). [s.l.: s. e., s.d.].

¹⁷ Loureiro, p.82

trabalhadas em argolas ou manilhas numa fase mais avançada, o uso de cobre representa o momento da moeda como mercadoria.¹⁸

A introdução da moeda propriamente dita ou do metal, inicia na faixa do litoral de Moçambique e em algumas cidades do interior, este é o caso de Tete e Sena, aqui circulava a moeda de uma forma exclusiva, uma vez que havia grande fluxo de navios negreiro que vinham comprar escravos impunham a circulação de vários meios de pagamentos de aceitação internacional.

De principio a moeda do “Reino” e a moeda da Índia eram suficientes nos primeiros dias, o pagamento em moeda foi crescendo, a fazenda da Índia já era escasso, por essa razão as moeda revelaram-se insuficientes para responder a demanda, onde os governos locais sempre queixavam-se e adoptaram varias alternativas, uma delas foi a criação de uma casa de moeda pedindo moeda de Lisboa e de Goa. As primeiras moedas de Moçambique foram cunhadas em Goa em 1646 e tinham que serem pagas em Marfim, as moedas criadas para circularem em Moçambique datam de 1725 e foram cunhadas na Ilha de Moçambique.¹⁹

Próximo da altura colonial, segundo Lobato crescia a circulação de moeda carimbada em Moçambique em 1851, também verificou-se o crescimento da falsificação da moeda, uma atitude que levou o governo português a substituir essas moedas em circulação por reino,²⁰ na mesma altura o governo português inicia o saneamento monetário onde foi publicada o decreto de 29/12/1852, o referido decreto retirava a circulação de moedas estrangeira, para dar espaço ao “reino” moeda de Portugal além desta estavam permitidas as moedas inglesas, as peças brasileiras, as patacas espanholas e outros.²¹

Com novo curso da moeda que havia iniciado foram recolhidos todas moedas ilegais e mandou imprimir moeda fundiária em notas 2\$500 e 5\$ reis para se recolher as notas velhas.²² O ambiente em Moçambique conforme foi referido era caracterizado pela circulação de varias moedas, apesar do decreto nessa região havia vários agentes económicos estrangeiro a participar na economia.

¹⁸ Idem, p. 83

¹⁹ Idem, pp. 85-86

²⁰ Lobato

²¹ Loureiro p. 89

²² Lobato

Uma situação que minava com interesses de Portugal e inviabilizava o desenvolvimento, por essa razão, pela iniciativa de Francisco de Oliveira Chamiço, como forma de poder coordenar a exploração, com capital associado fundou-se Banco Nacional Ultramarino a 12 de Maio de 1864, numa altura por capital de 4.000.000\$000 reis que tinha sede em Lisboa e as primeiras filiações estiveram em Porto e Luanda, é um banco criado para controlar a circulação monetária principalmente no ultramar porque em Portugal já havia algumas instituições.

Ao 26 de Dezembro de 1876 o Ministro da Marinha e Ultramar pela portaria nº 314, informa ao Governador-Geral de Moçambique o embarque de dois gerentes para estabelecimento de sucursal na província “António de Sousa Jr. e António Inácio de Almeida Martins” a 2 de Abril de 1877 foi estabelecido Banco Nacional Ultramarino nas Ilha.²³

Ainda neste período, o governo central enviou em Moçambique moedas de cobre de 80, 40 e 20 reis, sendo a quantidade de 10.000, 20.000 e 40.000 respectivamente para fazer face a situação na colónia. A moeda que corria quase exclusivamente na capital da colónia e não tinha mesmo valor na região de Moçambique e Portugal.²⁴ Para Lourenço Marques o BNU abriu para o público no dia 2 de Outubro de 1883, as actividades económicas em relação ao Transval e ao Estado de Orange ambos da África de Sul, foi um grande motivo para abertura deste estabelecimento nesta zona de Moçambique, mais tarde em 1902 é instalado em Inhambane e Quelimane, na Beira em 1916 interrompida em 1919-1942, e m Nampula em 1951 e em João Belo em 1957.²⁵

Este facto é uma ilustra que a disputa de numerários no espaço colonial português é anterior a colonização e que o governo vem desde há muito adoptar mediadas para evitar a circulação de diversas moedas, é um fenómeno que atrasa o desenvolvimento da colónia, na medida em que as divisas era repartidas por diversos países.

²³ Langa, 1995: 9-14

²⁴ Loureiro, p.89

²⁵ Langa, 1995:17

Capítulo III: Circulação da Moeda no período colonial, 1910-1950

Este é o período da implantação da república em Portugal com a queda monarquia, são momentos iniciais da administração colonial, que tinha um sistema de desenvolvimento, que permitiu maior circulação da moeda na esfera socioeconómico através das actividades desenvolvidas, ao mesmo tempo circularam várias moedas de diversas origens, um factor causado pela situação financeira do colono, este capítulo ocupa-se por explicar como decorreu a circulação da moeda, mostrando primeiro o sistema de desenvolvimento económico e as legislações que guiaram o sistema monetário, a tentativa de Portugal de se impor num território que quase perdeu o controlo desde o início da administração colonial.

Sistema colonial e heterogeneidade do espaço português

Na corrida imperialista na segunda metade de séc. XIX, Portugal tinha como principais financiadores a Inglaterra, Alemanha e a França que também procuravam tirar maior proveito na exploração das coloniais de Portugal,²⁶ uma situação que se pode verificar depois da delimitação de fronteiras em 1898, quando Portugal denuncia uma crise que seguiu ao *ultimatum*, estiveram na base de projecto de partilha de Angola e Moçambique por parte da Alemanha e a Inglaterra, que no dia 30 de Agosto de 1898 assinaram um convénio para consagração das receitas aduaneiras coloniais, caso Portugal quisesse contrair empréstimo com qualquer uma das duas potências, também fixaram as respectivas zonas de influencia, de Norte de Moçambique, Sul de Angola e Timor Leste para Alemanha o resto para Inglaterra.²⁷

Por isso que a ocupação efectiva de Moçambique e de outros países africanos, que é dita pela conferencia de Berlim, que decorreu na Alemanha entre 1884 e 1885, entre as grandes potências, onde Portugal fez parte, no dia 15 de Novembro a 26 de Fevereiro, onde ficou decidido que toda potencia que descobrisse território em África tinha que ocupar e manter uma administração

²⁶ Serra, 2000:182

²⁷ Medeiro, 1997: 144

efectiva, para Portugal devido a sua fragilidade económica quando ocupou indicou três formas da administração colonial, primeiro Estado colonial português, segundo capital internacional expresso em companhias e terceiro capital sul-africano, esta é única condição de Estado Português pudesses garantir a exploração,²⁸ a política colonial torna Moçambique num espaço heterogéneo.

Heterogeneidade de espaço colonial português é uma particularidade do desenvolvimento económico de Moçambique no momento colonial, o sistema económico imposto pelo Portugal em Moçambique é que proporciona a circulação de diversas moedas e não só, também fez de Moçambique um local onde paira interesses de vários grupos de capitalistas representadas pelas companhias, onde havia zonas de influência dos países que o apadrinharam na colonização.

Quando se fala da economia portuguesa na colónia, desde o momento anterior a ocupação esta potência não tinha presença efectiva no território moçambicano e não podia emancipar-se de capital britânico, mesmo no momento a seguir a ocupação com fim da campanha de pacificação de Gaza em 1897, continuará a não conseguir emancipar-se de outras potências que estavam presente em Moçambique principalmente da Inglaterra, mas vai começar com imposições e limitações.²⁹

A fragilidade económica e financeira levou Portugal a dividir o território em termo da função da acumulação do capital, dando investimento estrangeiro 2/3 de território, centro e norte do país, (companhia de Moçambique de 1888-1942; Companhia de Açúcar de Moçambique “1890” que mais tarde transformou-se em Sena Sugar States “1920”; Companhia de Niassa, 1891-1929; Companhia de Boror, 1898; Companhia de Lugela, 1904; Companhia Agrícola de Medal, 1908).Essas companhias tinham privilégio da administração no território em que estavam, principalmente companhia de Moçambique e de Niassa tinham poder majestático.³⁰ No que concerne Sul de Save maior parte tempo foi reservada para trabalho migratório para as minas e plantações sul-africana.

Os pontos estratégicos para se compreender a circulação da moeda e a heterogeneidade de espaço colonial são: a Companhia de Niassa e de Moçambique, essas duas por terem poder

²⁸ Serra: 2000:201

²⁹ Langa, 1995:18

³⁰ Idem, p. 21

majestático e o Sul do Save devido ao tipo de economia aqui desenvolvido que permitiu a circulação de vários numerários.

A companhia de Niassa ou Nyasa, o território da companhia confinava pelo norte, de princípio com sultanato de Zanzibar, depois da constituição do protectorado alemão (Deutsch Ostafrikanische Gesellschaft), estabelecido em parte no território daquele sultanato, com Tanganhica tendo havido alguns conflitos entre os da companhia de Niassa e o Sultanato de Zanzibar com adventos dos alemães.³¹

A Companhia de Niassa, funcionou desde 1891 a 1929, foi caracterizada pela implantação da política administrativa da companhia na faixa costeira de Cabo Delgado e pelo início da cobrança de imposto indígena “Imposto de Palhota”, o poder majestático foi instalado em 1897, onde notou-se a instalação de uma administração caracterizada pelo “posto militar e alfandegários” na costa de Cabo Delgado (do Lúrio a Rovuma) onde foi obtida a vassalagem na maioria dos chefes islamizados, participaram no desenvolvimento do comércio e na participação da colecta de imposto indígena de que auferiam uma percentagem, de 1891 a 1893 criou-se uma companhia monopolista para exploração da colónia, a carta da concessão foi outorgada a 26 de Setembro de 1891, a uma firma portuguesa.³²

Os termos que foram distribuído a Companhia de Moçambique são os mesmo que da Companhia de Niassa, onde a concessão a Companhia abrangia a região entre Lúrio e sul e as Linhas do Litoral do Oceano Indico a leste com excepção da Ilha de Moçambique, uma área extensa deixada para companhia colonizar nos termos de decreto de 26 de Setembro de 1891, na sua área tinha direito de dar concessão, explorar as estradas, caminho-de-ferro, canais, portos e outros meio de comunicação, emitir acções, cobrar imposto, poderia assinar tratado convecções com autoridades tradicionais ou estabelecer relações de carácter político.³³

Esta era considerada companhia portuguesa com sede em Lisboa, na companhia Portugal poderia intervir e julgar os chefes, a companhia tinha delegações no estrangeiro a companhia poderia usar um distintivo mas era obrigada a hastear a bandeira portuguesa, nesta companhia nos anos 1892 e 1893 verificou-se que o capital inglês e francês adquiriram a maioria das acções da firma

³¹ Folgoza, 1956:62

³² Medeiro, 1997:139

³³ Idem

portuguesa.³⁴ Em relação ao prazo de funcionamento das actividades da Companhia de Niassa, o governo Metropolitano tinha concedido por decreto de 26 de Setembro de 1891, à companhia de Niassa, a administração dos territórios de Norte que só tomou posse no dia 27 de Outubro de 1894 a administração deveria manter-se por 35 anos se a companhia cumprisse com o contracto.³⁵

Quando o prazo da sua extinção a companhia de Moçambique não teve hipóteses para renovar, por uma razão muito simples, a sua economia deteriorou-se desde início, mas principalmente depois da primeira guerra mundial, onde poderia se verificar a saída de muita gente para Tanganhica, Niassalandia e outras zonas vizinhas, ainda em 1929 verificaram-se muitas greves face a desvalorização do escudo em relação ao libra.

Conforme já referimos que os estatutos plasmados de 1891 para Companhia de Niassa foram os mesmos para Companhia de Moçambique, apenas faltou capacidade implementação para Niassa. Primeiro para falar da Companhia de Moçambique remonta a concessão o mineiro e madeira que Paiva de Andrade obteve em 1878, que em 1891 teve outro rumo em termo de concessão, o decreto concedia à companhia direito de cobrar imposto, efectuar concessões e de emitir moeda e selos postar em troca assumiria a administração, pacificação e colonização, entre Zambeze e os 22° de latitude a sul de Save e se comprometia em entregar ao governo português de todas receitas os 7,5% inicialmente, de principio o trado era de 25 anos que foi prolongado só parou em 1942.³⁶

A economia de Sul de Save no território moçambicano marcou sempre uma diferença na medida em que o sistema colonial baseou-se desde início com fortes relações políticas económicas com o centro capitalista da região da África da Sul também no período colonial, em 1897, Mouzinho de Albuquerque, estabeleceu negociações com a República sul-africana sobre trabalho migratório, o objectiva era tirar proveito, através da regulamentação da emigração para minas, o que Portugal de qualquer modo era incapaz de evitar, o governo português contava com o repatriamento dos

³⁴ Idem, pp. 140-141

³⁵ Folgoza, 1956:62

³⁶ Newitt, 2012:330-331

salários, em salário em libras e com condições em favoráveis da exportação do tráfego ferroviário para compensar a falta da capital de Estado português.³⁷

Mouzinho sempre assumiu posição subimperialista de Portugal em relação ao capital britânico:

*“Estes pretos, mas sobretudo os de Gaza que eram inúteis para interesse público da província por falta de uma exploração intensa que lhe aproveitasse o trabalho e, mesmo que houvesse, por se recusarem os trabalhos na sua terra se tornaram em grande elementos de riqueza pelo ouro que trazem do Transval em proveito do Estado pelo pagamento dos imposto directo e em proveito do comercio português. Realmente o indígena muito raro se demora mais dois anos em Joanesburgo e volta trazendo em media 20 a 30 libras, calculamente 25 mil o número de repatriado anualmente representa isto uma entrada de 500 a 750 mil libras que circulam logo, porque o preto emprega-as no casamento em compra de gado, algodões, etc.”*³⁸

O discurso de Mouzinho de Albuquerque mostra o comportamento, da economia na zona Sul de Save no período colonial, apesar de terem existidos outras formas de rendimento, o trabalho migratório foi a principal fonte de rendimento, com a qual os moçambicanos conseguiam satisfazer as suas necessidades ao mesmo tempo satisfizeram as necessidades do Estado com imposto e o pagamento diferido, uma forma de acumulação de capital mineiro sul-africano pelo governo colonial português em Moçambique.

Durante o ciclo colonial o governo português, inventou formas de tirar proveito nas relações com África do Sul, no que diz respeito ao trabalho migratório, em 1897 havia legislação para recrutamento de mão-de-obra, que não definia o número de trabalhadores a serem recrutados, em 1901, *modus-vivendo* que definia os impostos alfandegários a serem respeitados e duração de contactos no trabalho nas minas para um ano, mas em 1909 as autoridades portuguesas e do Transval com esta convenção substituíram a o *modus-vivend*, onde estabelecia a transferência de

³⁷ Serra, 2000: 349

³⁸ (J. Mouzinho de Albuquerque, Moçambique, 1896-1898: Manuel Gomes, 1899, 105. Cit Serra, 2000:379).

50 a 55% de tráfego de Transval para Lourenço Marques, a convenção foi renovada em 1928, no artigo dizia-se que os 50% de salários tinha que serem pagos na zona de origem do mineiro.³⁹

Esta forma de acumulação de capital externo, não permitia desenvolvimento da indústria local, és a razão que a política de desenvolvimento na colónia, sofreu duras critica, principalmente pela classe burguesa sedeadada na colónia. O golpe militar de 26 de Maio de 1926 apoiada por vários sectores da burguesia, o novo governo tinha como meta resolver os problemas financeiros, portanto começaram a elaborar a nova constituição de 1933.⁴⁰

O maior objectivo era autonomia nacional, demonstrado pela política implementada que era o proteccionismo económico as colónias tinha que serem exploradas em benefício de Portugal onde o passo mais é foi implementação de uma zona do escudo em 1932 que impôs: um sistema de licença nas importações e exportações em relação às trocas com outros países e as suas colónias; proibição de uso de moedas doutros países nas operações internas da colónia e a centralização de todas divisas nos cofres do Estado.⁴¹

O sistema colonial com tempo sofria mutações adaptando-se a conjuntura, mas continuou a depender das divisas das minas da África do Sul e ao mesmo tempo o governo colonial queria de tudo fazer para que as populações aderissem trabalhos dentro de Moçambique, és a razão que com a chegada de José Tristão Bettencourt ao poder 1940, como governador-geral colonial, em 1942 introduziu circular 818/D7 de 7 Outubro de 1942, uma forma responder a falta de mão-de-obra nas culturas obrigatórias, onde todo mundo tinha que provar que paga imposto através de um salário adquirido no trabalho, então que não conseguisse era recrutado e apresentado ao administrado e incorporado para ao trabalho.⁴²

No que diz respeito a década 1950 no Estado colonial português é marcada pelas profundas mudanças devido a intolerância ao colonialismo um facto que vai obrigar Portugal a se reinventar-se face a nova conjuntura, em 1953 na sua constituição as colónias passam a serem considerados províncias ultramarinas, Moçambique passou a esse estatuto em 1955, uma situação que terá um grande impacto a nível económico-financeiro.

³⁹ Covane, 2001:105-106

⁴⁰ Hedges, 1999

⁴¹ Idem

⁴² Idem, 1999:96

Com estabelecimento da administração colonial e fragilidade económica e financeira de Portugal, este facto tornou o espaço colonial português heterogéneo, na medida em que o sistema adoptado para acumulação de capital fez de Moçambique como região que respondia interesses de vários países.

Heterogeneidade de imposto

Com espaço colonial português heterogéneo, devido a circulação da moeda ou da especificidade da economia monetária, o pagamento de imposto alinhou no mesmo diapasão, o pagamento deste foi muito diversificado em varias regiões de Moçambique, um factor que contribuiu muito, para divisão de território português.

Em primeiro lugar no sul de Save, com a derrota de Gungunhana o imposto que foi estabelecido era de 2\$250 reis por palhota, entre 1910-1911, no distrito de Inhambane os indígenas eram obrigado a procurar o emprego para poderem pagar o imposto de palhota os salários no distrito de Inhambane para os operários europeus variavam de 2\$80 a 3\$50 mas para os operários indígenas variavam entre \$60 e 1\$50.⁴³

O imposto de palhota não era suficiente eficaz como meio para facultar as massas assalariadas indispensáveis, o governador-geral de 1915 a 1917 de Moçambique, Álvaro de Castro defrontado com problema de mão-de-obra defendia aumento do imposto de palhota uma forma de obrigar o indígena a trabalhar, numa altura em que o numero trabalhadores estava a diminuir em Lourenço Marques e Inhambane de 325 824 para 200000, onde dos 200000 os 100000 iriam para o Transval.⁴⁴

Nesta região, o imposto era associado com trabalho migratório para os jovens que regressavam das minas pagavam 10 *shillings* ou 2\$50, os chefes nestas localidades eram responsáveis de resolverem conflito sobre o uso e aproveitamento de terra e a falta de pagamento de *lobolo*, és a razão que os homens que regressavam de Natal com dinheiro para pagar *lobolo* tinham que dar £1.10 ao chefe, também afirma-se que em dois anos os jovens, de Joanesburgo traziam em média

⁴³ Capela, 1977:37-38

⁴⁴ Idem

£20 a £30 onde o número de trabalhadores repartidos era cerca de 25.000 então o numerário dos regressados estava estimado entre £500.000 a £750.000.⁴⁵

Na Companhia de Niassa a outra majestática O imposto de palhota permitiu a companhia a ter o dinheiro que necessitava, apesar de ser uma região em que a circulação da moeda era reduzida, muitas da vezes o imposto era cobrado em produtos comercializáveis e em trabalho no valor de 2\$000, a tendência de imposto era de subir sempre de 1901 subiu a 20% até 1911, passara 36% em 1913, 71% em 1928. De 1905 a 1912 o imposto variava entre 1\$000 e 1\$500 reis, o que correspondia cerca de três a quatro shillings.⁴⁶

O indígena era submetido ao trabalho forçado de forma que consiga pagar o imposto, com baixos salários que variavam entre 2\$00 para 10\$00 depois da reforma monetária, muitos habitantes das terras de Niassa eram obrigados a migrar para terras vizinhas de colónias britânicas, como é o caso das minas da Rodésia de Sul, Rodésia de Norte, Catanga e da África do Sul, isto era para acumulação de capital nestas zonas.⁴⁷

Enquanto que no Vale de Zambeze no séc. XVII, apresentava variadas configurações e específicas, onde as maiores destes eram governadas pelo mambo assistidos por chefes locais onde o mambo governava através de mfumo, num julgamento o mambo era compensado e distribuía com seus conselheiros também afirma-se que os habitantes eram obrigados ao pagamentos de um imposto anual ou *mutsonko* termo que mais tarde é pronunciado como *mussoco*, este era a forma de afirmar o mambo o senhorio sobre a terra, mesmo quando o mambo estava dentro de prazo os seus subordinados continuavam a pagar o *mussoco* ao mesmo tempo o vassalo era obrigado a pagar tributo ao novo senhor, que consistia em entregar de todo marfim achado ou caçado nas terras.⁴⁸

Quando os prazos perderam espaço para novo sistema de exploração, adoptou-se novas formas de exploração da terra nas colónias, agricultura de mercado não poderia ter espaço com a escravatura, Mouzinho de Albuquerque extinguiu os prazos da coroa no início de XIX, o poder é

⁴⁵ Covane, 2001: 85-97

⁴⁶ Medeiro, 1997: 170-175

⁴⁷ Idem

⁴⁸ Capela, 1977:37-38

instaurado para desenvolvimento capitalista, os prazos foram abolidos com decreto de 22 de Dezembro de 1854, revestidas a favor de Portugal.⁴⁹

Com colonialismo a Companhia de Moçambique de Moçambique, foi atribuída poder majestática, o que lhe permitiu a faculdade de cobrança de imposto, portanto, dispunha de regulamento próprio aprovado por ministro Francisco Joaquim do Amaral. Os donos da palhotas ou cubatorio da companhia ficavam obrigados ao pagamento de imposto de 900 reis por palhota ou cubata utilizada como habitação, de princípio era recebidos em dinheiro e em géneros, mas no início de 1894 já era cobrado apenas em dinheiro.⁵⁰

A década 1940 para governo colonial é tida como de muitas mudanças, é neste momento em que foi aprovada a legislação de 1942, motivada por vários factores sociais e económicas, onde destaca-se em primeiro lugar a demora de pagamento, os indígenas não tinham dinheiro, havia necessidade uniformização do imposto com esticção da Companhia de Moçambique, havia necessidade de isentar o pagamento da contribuição predial de todas barracas, palhotas e outras construções precárias da pertença do indígena.⁵¹

Na colónia de Moçambique havia desigualdade de pagamento de imposto, até nessa altura alguns pagavam imposto em género, no sul, o indígena pagavam imposto com dinheiro adquirido nas minas, na companhia de Moçambique, no centro da cidade havia mesma condições que de Lourenço Marques onde o indígena vivia dentro das grandes empresas, enquanto que no norte o indígena passa maior parte de tempo na actividade agrícola, em Manica migravam para Rodésia Sul.⁵²

Imposto de capitação e as culturas forçadas foram instituídos na mesma altura, a cultura de algodão era considerado uma base da arrecadação de receitas, por essa razão o governo havia incrementado prémios para incentivar o cultivo desta cultura o mesmo vai acontecer com a cultura de arroz, essas culturas fizeram com toda população envolver-se no trabalho assalariado, Regulamento do imposto de capitação, promulgado pela Portaria 4:768 de 7 de Junho de 1942.⁵³

⁴⁹ Idem, pp. 39-41 e 60

⁵⁰ Idem,

⁵¹ Cuamba-Machona, 2005:13-15

⁵² Idem

⁵³ Idem

O pagamento do imposto era obrigatório, para todo indígena de ambos sexos, com idade compreendida entre 18 a 60 anos, imposto foi reforçado pelo circular 818/D7 de, 7 de Outubro, uma forma de motivar o indígena a produzir o máximo possível, este iria recorrer ao trabalho interno para conseguir pagar o imposto, a implantação da legislação do pagamento do imposto, contribuição braçal e controlo da circulação do indígena nas cidades capitais comprovado pelas copias Caderneta Indígena nº 18/1948, o regulamento conseguiu a uniformização de imposto por toda colónia pela primeira vez.⁵⁴

Política monetária

Para se falar da política monetária no Estado colonial Português, é preciso dizer que vários instrumentos serão usados para regular a circulação da moeda, e para o caso de Moçambique tem que se ter em conta o sistema de desenvolvimento colonial detalhado, no ponto anterior que demonstra que Moçambique foi uma colónia portuguesa, mas durante este período foi um espaço heterogéneo na medida que respondia interesses de vários grupos económicos de diferentes origens.

Nos momentos próximo ao colonialismo em Moçambique ou mesmo, na década 1850, antes da Conferencia de Berlim 1885, o governo português sentindo-se dono de espaço África Oriental Austral, numa altura em que crescia o nível de circulação de numerário neste espaço que por vezes era uma calcanhar para o desenvolvimento de Portugal, o primeiro instrumento da regulação da moeda será lançado ainda antes da ocupação efectiva e do estabelecimento da administração colonial com decreto de 29/12/1852.⁵⁵

O referido decreto retirava a circulação de moedas estrangeira, para dar espaço ao “reino” moeda de Portugal além desta estavam permitidas as moedas inglesas, as peças brasileiras, as patacas espanholas e outras. Numa altura em que Moçambique, em 1843, 1845 e 1847, foram cunhado moedas de 80, 40, e de 20 reis respectivamente efectuado 1840 em Lisboa para ter em curso

⁵⁴ Idem, pp. 16-25

⁵⁵ Loureiro, p. 89

oficial.⁵⁶ O câmbio deste período inicial, os 410 reis da colónia estava para 100 reis de Portugal, desde 1852 nunca mais cunhou moeda privativa até 1935.⁵⁷

As primeiras medidas para implantação de regime de escudo nos territórios pertencente a Portugal, depois do assassinato de D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe que foi tornado publico a 2 de Fevereiro de 1908, onde o filho que se preparava para subir a poder foi tirado e deposto quando da revolução de 5 de Dezembro de 1910, ainda em Fevereiro desse ano segundo a portaria nº 69 (documento comprovativo nº 137), havia sido restabelecido a proibição, mas consentia que os indivíduos que embarcasse, em qualquer porto da colónia transportassem consigo até 50\$000 réis em moeda de prata, para suas despesas.⁵⁸

No dia 5 de Outubro 1910 foi implantado a República a sua proclamação oficial só aconteceu no dia 8, em Agosto de 1911 é decretado a modificação monetária por apresentar defeito quanto a sua unidade, toque, material peso e dimensões, era um numerário com algarismo maior mas com quantia pequena, com múltiplo escudo foram cunhados moedas de 2, 5, e 10 escudos, todas de ouro equivalem as moedas de 2, 5, 10 mil reis.⁵⁹

Conforme já foi referido que a administração não era eficiente por isso Moçambique foi dividido em função da acumulação de capital onde 2/3 foi para as companhias e a restante parte ficou sob tutela directa de Portugal, a circulação do próprio escudo será comprometida, uma vez que as companhias tinham poder majestático, a Companhia de Moçambique gozava de direito da emissão da moeda, segundo o decreto 26 de Setembro de 1891, mas quando toma a região para administrar, na zona de Manica e Sofala o numerário que circulava aqui, eram rupia da Índia inglesa, peso Maria Teresa, pataca mexicana, *shilings* e moedas portuguesas de cobre e prata, face a este caso, começou o afastamento de todas moedas e começou a emissão da sua própria moeda de ouro em Libra esterlina, extinguiu em 1942.⁶⁰

Companhia de Niassa, 1893, a companhia mandou cunhar as moedas privativa em cobre de 20 e 10, em prata 500 e 1000 reis eram fabricadas em Brimigham, na Inglaterra também usou-se aqui

⁵⁶ Lobato, [s.l: s.e., s.d.].

⁵⁷ Idem

⁵⁸ Folgoza, 1956: 85-86

⁵⁹ Idem, pp. 87-88

⁶⁰ Serra, 2000: 341

tessaras, objectos ou ficha em plástico, metal, cartão que representava valores em especial não legalizado ou trabalho, por falta da moeda.⁶¹ Ainda em 1897 a Majestática de Niassa obteve direito de emitir selos de correio, papel selado e estampilhas fiscais com carimbo especial.⁶²

O local que poderia ser fértil para circulação de escudo seria a região que não fizesse parte das companhias, mas nesta zona o capital internacional entrava em massa, principalmente as regiões que havia sido deixado para recrutamento da mão-de-obra para as minas, nos territórios vizinhos, também no início da implantação da administração de Estado colonial entre 1902 a 1910, pelas condições de contrato de BNU, para além de emitir escudo tinha que se emitir as notas de ouro de 10 e 20 libras em Lourenço Marques, emitiram também 5, 10 e 1 libra.⁶³

Ainda no território moçambicano para Governador-geral Freira de Andrade, em 1908 existiam várias agências para além de BNU, é o caso de Bank of África Ltd., Standard Bank of South Africa e African Banking Corporation que estavam ligados aos interesses dos britânicos e da União sul-africana em Moçambique,⁶⁴ e para Brito Camacho, comissário régio de governo colonial a circulação de notas de bancos sul-africanos em 1921 originou o decréscimo da monetária em circulação de emissão de emissão das autoridades portuguesas em Moçambique em mais de 10 mil contos.

As dificuldades da circulação da moeda aumentaram-se com a eclosão de conflito mundial, Portugal foi obrigado a estancar a grande mobilidade de moeda que dificultava o controlo da crise daí que em 1915, foi decretado o fim da exportação de ouro tanto em barra assim como em moeda em todo território português, a participação de Portugal na guerra, regista grande gasto orçamental, Portugal emitiu papel-moeda inflacionada a economia, no decurso da guerra a valor de escudo metropolitano baixara de quase em relação ao libra, a emissão de notas na BNU em 1919 ultrapassou a limite legal estabelecido pelo decreto nº 5809 bem como pelo contrato com governo que previa um *plafond* no valor 30 mil contos.⁶⁵

Diante desta situação da crise monetária a ideia de Adriano Maia em relação a inflação, tinha que se adoptar tentativa de ágios de câmbios, que passaria pela adopção do regime do ouro numa

⁶¹ Lobato

⁶² Medeiro, 1997:142

⁶³ Langa, 1995: 30

⁶⁴ Idem, p. 11

⁶⁵ Idem, pp. 34 e36

altura m que havia conflito europeu de 1914-1918 e a situação financeira estava agravar e o libra estava a porta dos 9\$, a proposta era que a moeda subsidiária privativa se cunhasse em ouro, adoptar o regime ouro quanto antes e não só iria resolver-se a questão da inflação mas a colónia poderia auxiliar a metrópole em termo de remessas de ouro, nessa a altura a cotação de prata era de 23 *pence* por onça e valia 7\$, enquanto que a moeda do regime ouro seria de 5\$ moçambicano, de peso e touque igual ao libra esterlina a qual teria curso lega de 2\$50 para meia libra a guerra prolongou agravação da situação financeira da metrópole e da colónia na medida em que havia desequilíbrio nas exportações e importações.⁶⁶

Para governo colonial português, na tentativa de resolver da situação monetária foi emitida a portaria número 233 onde se explanavam longamente os benefícios que resultariam para e progresso da colónia, da execução do referido diploma, pois a doutrina do mesmo não se prejudicava nem se ofendia os interesses de quem quer que fosse, este número representou controversos, bastos prejuízos principalmente nos bancos coloniais em Lourenço Marques,⁶⁷ a portaria 233, a entrega de 25% cambiais a BNU e a concentração dos mesmo pelo Banco.⁶⁸

Em todas partes aconselhava-se, a recolha de notas de libra, para evitar o alargamento da circulação dessa espécie, despesas, que eram calculadas em ouro ou libra, mas representadas em escudo no orçamento, alterando o valor desta moeda, o sistema resultou na perturbação da administração financeira colonial. A proposta do orçamento em preparação, obrigatoriamente o câmbio tinha que ser feito em relação ao escudo, evitar-se o libra nos cálculos, esta é uma tentativa de se procurar estabilidade financeira para a colónia.⁶⁹

Foi através da portaria 233 no seu artigo 6º que dizia que a circulação de libra não deveria exceder em 31 de Agosto 500.000; em 31 de Dezembro, 400.000, em 30 de Junho de 1923, 300.000 em 31 de Dezembro, 200.000 e em 31 de Junho de 1924, 100.000, em 31 de Dezembro tinha que terminar a circulação destas moedas, esta lei não foi cumprida por uma razão muito simples neste período a circulação era de 926.717 e a circulação de escudo era de 44.793.371\$, a recolha de notas de libras tinha que ser gradual, em 1926 o BNU retirou da circulação cerca de

⁶⁶ Maia, pp. 7-10 e 20

⁶⁷ Folgoza, 1956:112

⁶⁸ Langa, 1995:43

⁶⁹ A.H.M., Cx.234

200.000 libra, eram verificados os protestos dos migrantes em relação ao diploma, mas o mesmo não conseguiu resolver a situação da crise monetária.⁷⁰

Diploma legislativa colonial de número 100 de 27.03.1926, havia definido três anos para recolha de notas de libras e em 1925 foi criada o conselho câmbios para administrar o fundo cambial onde foram distribuídos as coberturas cambiais para necessidade de Estado. Ainda 1926, devido a situação caótica da província, Lisboa concede um empréstimo de 100.000\$00, a BNU comprou moeda externa com base na sua moeda depreciada para sustentar as áreas chaves que eram a agricultura e industria.⁷¹

Com Estado Novo de regime de Salazar onde a intenção estabelecer as novas formas de dominação económica e proteger-se a economia em relação as outras potências, foi criada o fundo cambial de 1932, com artigo 10 de Decreto 21. 154 de 23.04.1932, uma forma de restabelecimento do fundo cambial da portaria 233, que seria exportação de 75% das receitas que eram cobrados em ouro para metrópole.⁷² Também em 1932 criou-se Zona de Escudo, um passo importante para solucionar os problemas financeiros, uma lei que impôs: um sistema de licenças de importação e exportação em relação as trocas com outros países nas colónias; proibição de uso de nas exportações internas da colónia e a centralização de todas as divisas nos cofres do Estado.⁷³

Com desenrolar do tempo o governo português ainda procura formas de repor a estabilidade da situação financeira portanto com a portaria de 06 de 01.09.1945 são introduz alterações do regime monetária estabelecido para fundo cambial onde BNU passa a poder emitir o escudo para compras cambiais sem estar vinculados aos limites do *plafond*. A circulação monetária em Moçambique in B. T. n° 3. Set. 1950: 16, com efeito a portaria do 2º contracto, (30.03.1919), o limite de valor das notas em circulação fiduciária era igual a reserva não inferior a 1/3 das notas em circulação, no contracto (03.08.1929), o principio continua o mesmo, mas é estabelecido em

⁷⁰ A.H.M., B.N.U.= Portaria 233, 1925-1926. Cx. 234.

⁷¹ Langa, 1995: 52 e AHM. Financiamento dos . Cx. 234. 1926-1937.

⁷² Idem, p.57

⁷³ Hedges, 1999: 42-43

cada província o “*plafond*” para cada província ultramarina, em Moçambique o aumento da circulação originou a necessidade das revisões.⁷⁴

Durante este período pode se perceber a fragilidade económica e financeira de Portugal comprometeu a colonização, esta potência foi tida como subimperialista britânica, uma vez que todas suas incursões dependiam do capital britânico, és a razão que escudo nunca conseguiu se impor no território colonial, mesmo com a desvalorização de libra que se verificou em 1947, este facto criou dificuldades para escudo moçambicano, aconselhava-se nesta altura a desvalorização de escudo em igual proporção para compatibilização e evitar-se a privatização das exportações.⁷⁵

O fim da circulação de escudo colonial é no momento em que se faz a revisão constitucional em 1951, para se adaptar nova a conjuntura, tratando de um momento em que o colonialismo era já criticado por ser uma política que estava quase fora da moda, o escudo da colónia tem a partir já, apenas a palavra Moçambique numa altura em que este deixou de ser colónia passou a ser província ultramarina, uma tentativa de manter as colónias por parte de Portugal. De uma forma geral na colónia portuguesa verificou-se a circulação de vários numerários causado pela política colonial, mas a legislação tentou sem sucesso impor o escudo face à libra, mas era difícil na medida em que era dependente deste capital estrangeiro.

Limitação da política monetária

Observando a economia colonial, constata-se que era impossível o saneamento monetário, principalmente de libra esterlina, que era a principal moeda que tornava espaço colonial heterogéneo, na medida em que a sociedade, assim como Estado colonial, para sua sobrevivência era necessário que tivessem libra.

Para sociedade, devido a monetarização económica, muitas actividades sociais já eram efectuadas com base na moeda, a instituição de lobolo de começou a exigir que o pagamento fosse em valor monetário, em maior parte o escudo não estava disponível, devido ao trabalho migratório, libra esterlina esteve presente nestas sociedades, onde os homens regressados da

⁷⁴ Langa, 1995:59

⁷⁵ Idem, p.59

minas pagavam 10 shillings ou 2\$50, aos chefes das localidades que eram responsáveis de resolverem conflitos, para pagar *lobolo* tinham que dar £1.10, aos líderes.⁷⁶

Para Estado colonial, precisava ter nas suas reservas divisas internacionais, uma forma de estabilizar a sua economia em relação aos outros países. Mouzinho de Albuquerque afirmava que os trabalhadores migrantes em dois anos em Joanesburgo traziam em media £20 a £30 onde o número de trabalhadores repartidos era cerca de 25.000 então o numerário dos regressados estava estimado entre £500.000 a £750.000.⁷⁷

Como forma a entrada de divisas externas, vindas da África do Sul, em 1901 assina-se o acordo de *modus-vivendo*, além tarifa alfandegária, este acordo estabelecia a duração de contractos de trabalhadores mineiros, também impunha custo relativo a 13 *shillings* ao controle de passaporte, contractos, registo e outras actividades, o *modus-vivendo* será substituído por uma convenção em 1909, que Portugal assinou com a Transvaal, um acordo que não permitia ao governo britânico dificuldades para ter mão-de-obra era um acordo que era muito atacado por províncias costeira de Cabo e Natal.⁷⁸

Em 1928 foi renegociado a convenção com o governo de Hertzog e assinado, trouxe muitas vantagens para Portugal, onde foi introduzido o pagamento diferido, no artigo 13 estava estipula que os trabalhadores deviam receber 50% dos salários em Moçambique depois de um e seis meses de trabalho, os pagamentos diferidos subiram £8.419-10-00, no primeiro ano em Outubro de 1929 para £29.780-11-00 em 1930 e de acordo com artigo XXVI, todas somas eram pagas em ouro.⁷⁹

Boletim de Câmbios a vigorar em 7, 8 e 9 de Junho de 1980, escudo⁸⁰

País	Moeda	Compra	Venda
África de Sul	Rand	40\$82,3	41\$63,8

⁷⁶ Covane, 2001: 85-97

⁷⁷ Idem

⁷⁸ Idem

⁷⁹ Idem, pp. 101-106

⁸⁰ Catorze, José (dir.). Boletim de Câmbios a vigorar em 7, 8 e 9 de Junho de 1980. Noticias. Nº 18327, Maputp, (09-Jun-1980) .

Alemanha Federal	Marco	17\$94,95	17\$65
Áustria	Xelim	2\$51,80	2\$56,81
Estados Unidos de América	Dólar	31\$82,8	32\$46,6
Inglaterra	Libra	74\$22,9	75\$71,5

Capítulo IV: Nacionalismo e a independência monetária, 1960-c.1980

Este período constitui um momento de transição, no âmbito monetário, assim como no político, marcado pelas mudanças profundas no sistema colonial, foi num momento antecedido pela segunda guerra mundial, onde verifica-se que o colonialismo já não estava na moda, os francês e britânicos estavam a ceder as independências, também as colónias haviam estados em diversas reuniões, que visavam combater o imperialismo.

Apona-se a conferência de Bandung, também estiveram reunidos em diversas ocasiões, onde debatia-se a luta a contra, na mesma altura verifica-se a independência de alguns países africanos, Gana e outros. Já desde 1950, o governo colonial mostrava-se desposto, em investir todas acções contra greves e outras manifestações anticolonial. No espaço colonial português, em 1961, inicia a guerra em Angola, em 1962 foi formado a Frelimo em Moçambique, que em 1964 inicia com guerra.

O governo cria zona monetária de escudo, em 1961 como resposta defensiva do regime do Salazar face ao surgimento de movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas e ao processo de descolonização de África que levou Portugal ao isolamento, essa criação de espaço português que também formalmente implicava a transformação do indígena em cidadão português, afirmando as colónias como província ultramarina de Portugal e criando uma estrutura económica que institucionalizava a dependência das colónias perante a metrópole.⁸¹

Na mesma altura o governo vai implementar o plano de fomento, que consistiu no estabelecimento de colonos e indústria de transformação, o facto serviu para desenvolvimento de

⁸¹ Wuyts, 1983:12

alguns sectores, mas no cômputo geral, vai-se verificar uma crise. Uma crise associada a vários factores, onde destaca-se a integração de Moçambique na zona de escudo, as despesas do fomento, a luta de libertação nas colónias, os movimentos de descolonização da década 1960, com golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, que pôs o fim ao regime colonial, ascendera as independências.⁸²

Com a independência em 25 de Junho de 1975, o governo da Frelimo no seu terceiro congresso de Fevereiro de 1977, assinalou a transformação da organização em partido marxista-leninista, assim definiu a linha do governo, que Moçambique enveredaria pela via socialista, assim sendo, nesta altura dinheiro terá uma grande função, na medida em que nos planos de transição socialista, conforme Governador-geral Freira de Andrade, em 1908.⁸³

No território moçambicano existia várias agências bancarias para além de BNU, que foi transformado em Banco de Moçambique, com decreto-lei nº 2/75 de 17 de Maio, este é o caso de Bank of África Ltd., Standard Bank of South Africa e African Banking Corporation que estavam ligados aos interesses dos britânicos e da União sul-africana em Moçambique. Os bancos estrangeiros como hostis a política do governo foram canais para exportação ilegal de capital, esse aspecto reduziu a capacidade do controlo da economia início da década 1980.⁸⁴

De 1975 a 1980, o governo moçambicano independente continuou a usar o escudo colonial, a moeda nacional só foi criada em 1980, pela proposta de comité do partido Frelimo, a comissão permanente da Assembleia Popular criou a moeda nacional, “Metical”, com Lei nº 2/80 de 16 de Junho, criação de Metical corresponde aos interesses do povo moçambicano, “ é uma forma de consolidação da conquista, materialização da independência no campo monetário, direito de um Estado soberano, deste modo foi eliminado o escudo com a lei nº 3/80 de 16 de Junho que ainda tem marca da opressão.”⁸⁵

Depois da criação da moeda, segue-se momento de saneamento da moeda colonial, foram criados postos de troca em todo país, onde seriam filiais, dependências, delegações, agências do Banco de Moçambique, Banco Popular de Desenvolvimento e de Standard Tota de Moçambique,

⁸² Gaspar, 2007: 12 e Rocha, 2006:63

⁸³ Rocha, 2006

⁸⁴ Wuyts, 1983: 19 e Camacho, 1922

⁸⁵ Catorze, José (dir.). *Metical é o nosso dinheiro*. Notícias. Nº 18334, Maputo, (16-Jun-1980), Pp. 1-9.

postos fixados nas províncias, distritos e nas localidades. Também o grande objectivo de governo era consciencializar a população em relação ao Metical, onde tinha que ser criados poema, teatro, música, pintura que enaltece o Metical, porque é afirmação da dignidade do povo.⁸⁶

“A criação da moeda nacional integra-se num conjunto de medidas, destinadas a organizar a nossa vitória sobre subdesenvolvimento, e consolidar e ampliar a nossa vitória do socialismo no nosso país Dado que as condições em que nos encontramos a nossa economia no nosso país, após de termos derrubados o colonialismo, não nos permitiu tomar essas medidas, não foi possível criar a nossa moeda nacional nesse momento.... Devemos utilizar com orgulho a nossa moeda... Fazamos da criação de Metical um momento da mobilização popular, momento de batalha pela vitória contra subdesenvolvimento ... momento de alegria e de festa popular, exprimindo os nossos sentimentos patrióticos por esta conquista histórica do nosso povo.

A luta continua

A revolução vencerá

*O socialismo triunfará página”.*⁸⁷

No período pós-colonial, verifica-se a mudança de sistema económico, não só, a mudança da moeda, mas não se elimina a dependência em relação ao capital estrangeiro principalmente de Rand sul-africana, os Estado colonial assim como pós-colonial, lutaram para afirmar a sua moeda, mas torna-se difícil devido a fragilidade económica em que se deparam.

Olhando para governo colonial assim como para o pós-colonial, esse dois governos localmente apostaram na agricultura, que nunca teve sucesso esperado, és a razão que a dependência em relação ao trabalho migratório sempre esteve em alta. Agricultura colonial não teve financiamento esperado porque poderia reduzir número de trabalhadores migrantes nas minas, agricultura do governo pós-colonial, muita das vezes encontrou-se dentro de diversos obstáculos, onde aponta-se a guerra civil, também afirma-se que as política das machambas estatal, que

⁸⁶ Idem

⁸⁷ Discurso de Samora Machel sobre a criação de Metical. Catorze, José (dir.). *Metical é o nosso dinheiro*. Notícias. Nº 18334, Maputo, (16-Jun-1980), p. 6

tenham base agricultura das cooperativa foi pouco sucedida, as políticas traçadas não combinavam com a realidade, aponta-se que até falta de semente nas cooperativas.⁸⁸

O pagamento diferido, ainda é uma realidade no Estado pós-colonial, mas já não é paga por ouro, a partir de 19 de Maio de 1978, o trabalho migratório constitui acumulação de divisas externas, as actividades da WENELA, foram continuadas pela TEBA, no pagamento diferido os trabalhadores sempre preferiram o pagamento desse valor em Rand. A lei orgânica do Banco de Moçambique, lei nº 1/92, de 3 de Janeiro, que consagra o papel de Moçambique, como banco central da República de Moçambique, define no seu artigo 3, que o objectivo principal BM é garantir a preservação do valor da moeda nacional, também tem a missão de ser gestor das disponibilidades de divisas externas no país, de forma a manter adequado o volume de meios de pagamentos necessários ao comércio internacional.⁸⁹

A importância das reservas internacionais, este tem papel de auto-segurança/protecção, também conhecido por motivos precaucionaria contra eventuais choques externos na qualidade de credor de ultimo recurso para moeda estrangeira e fluxos não passíveis, outra importância, a acumulação de reservas internacionais pode trazer benefícios para o país no sentido de reduzir a probabilidade de ocorrência de adversidades, ataques especulativos contra a moeda nacional ou uma paragem súbita no fluxo de capitais externos.⁹⁰

O programa de governo em relação a moeda, visava melhorar as contas externas do país, na medida em que apreciação acentuada do Metical face as moedas dos parceiros em particular o dólar norte-americano, não só prejudicava a competitividade dos nossos produtos de exportação como contribuía para a redução das reserva externa no país.⁹¹

Por essa razão, tem sido uma preocupação para o governo moçambicano, quando as divisas internacionais, cresceram abaixo de nível esperado, o mesmo que aconteceu, no tempo colonial, quando a libra foi desvalorizado o escudo tinha que ser desvalorizado em proporção de libra, na medida em que Portugal dependia desta moeda para trocas comerciais.⁹²

⁸⁸ Covane, 2001 e Abrahamson & Nilsson, A, 1994.

⁸⁹ Banco de Moçambique, 2016: vi

⁹⁰ Idem, p. 4

⁹¹ Maleiane, 1999:4

⁹² Banco de Moçambique, 2016: vii

Assim como escudo, que nunca conseguiu afastar a circulação da libra esterlina no seu espaço colonial, porque constituía uma forma de acumulação de divisas externas, para poder competir no comércio internacional. Tendo metical herdado a estrutura económica do escudo, vai enfrentar o mesmo problema face a moedas internacionais, como maior destaque para dólar norte-americano. Nos últimos dias depois da década 1990, tem sido uma luta do Banco Central de Moçambique, reduzir o uso de moeda estrangeira (Dolar, Rand e Euro), para da espaço ao Metical, o processo chama-se reduzir dolarização da economia nacional.

Boletim de Câmbios a vigorar em 16, 17 e 18 de Junho de 1980, Metical⁹³

País	Moeda	Compra	Venda
África de Sul	Rand	41. 141	41.956
Alemanha Federal	Marco	17. 9859	18.3429
Áustria	Xelim	2.5286	2.5286
Estados Unidos de América	Dolar	31.835	32.473
Inglaterra	Libra	74.239	75.725

Espaço e a Moeda

A relação entre a Moeda e unidade territorial ou afirmação da nação, a moeda é um dos indicadores da unidade territorial, também é um instrumento usado para a criação da identidade nacional ou territorial, pode se tomar em conta o exemplo da Alemanha. Com a queda de murro de Berlim em 1989, o aspecto marcante, no início da reunificação das duas partes da Alemanha (República Federal da Alemanha e República Democrática Alemã), foi união monetária, que entrou em vigor a 1 de Julho de 1990.⁹⁴ A diversificação da moeda fragmenta a unidade territorial, Alemanha esteve dividida não só por dois sistemas político e ideológico, mas também através do numerário.

⁹³ Catorze, José (dir.). *Boletim de Câmbios a vigorar em 16, 17 e 18 de Junho de 1980*. Notícias. Nº 18336, Maputo, (16-Jun-1980) . p. 9.

⁹⁴ Vaisse, 2004:226

Capítulo V: Considerações finais

Da análise feita no desenrolar desta fita de trabalho, pode se dizer que a circulação da moeda foi movida pelo sistema de desenvolvimento colonial, implantado por Portugal na colónia, que por sua vez foi condicionado pelo nível financeiro e económico da Metrópole, e todas essas circunstâncias criaram especificações da economia colonial, também é um sistema que foi herdado pelo Estado moçambicano independente.

Procuramos no meio de trabalho através da circulação da moeda mostrar que espaço colonial português foi um espaço heterogêneo na medida em que circulavam aqui várias moedas de diversas origens, não só, também através administração colonial percebe-se que estavam aqui representados interesses de diversas potências, principalmente daqueles que apadrinharam o sistema colonial português, este é o caso da Alemanha, Inglaterra e a França.

Por essa razão conclui-se que, a dinâmica da circulação da moeda, movida pelo sistema de desenvolvimento colonial, que era desenvolver Moçambique com base no capital externo, devido a fragilidade económica e financeira e económica, trouxe para Portugal dificuldade de afirmação da sua identidade na sua zona de jurisdição.

Capítulo VI: Fontes

Primárias

A.H.M. Companhia de Niassa. Execução dos decretos nº 16.757 de 20-4-929. 1929-1934. Cx. 184.

A.H.M. Diversas Companhias coloniais (Zambézia, etc.). Fiscalização, representantes. 1926-1947. Cx.183.

A.H.M. Passagem a administração directa do Estado, dos territórios da companhia de Moçambique, (Decreto nº 31.896, de 27-2-942). 1939-1942. Cx. 184.

A.H.M., B.N.U.= Recolha das Notas de libras, decreto 100 e acordo de 3-4-926-situação em 1925-26-portaria 233 (exposição do Banco sobre campanhas de descredito- 1923) circulação fiduciária, 1925-1926. Cx. 234.

Banco Moçambique. *Banco de Moçambique: História vivida*. Centro de documentação e informação de Banco Moçambique, Maputo, Junho de 2012.

Banco Moçambique. Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas, Departamento de Mercado e Gestão de Reservas. *Importância das reservas internacionais no contexto da actual conjuntura económica e financeira internacional: E financeira internacional para economia Moçambicana*. 40º Conselho consultivo, Tete, Janeiro, 2016.

Cabral, José. Decreto nº21:154=Ministro das colónias, Governo de Lourenço Marques, 07-06-1932.

Camacho, Brito. *Regime Monetário*. Alto comissário da República da Província de Moçambique em Lourenço Marques, 26 de Agosto de 1922.

Catorze, José (dir.). *Boletim de Câmbios a vigorar em 7, 8 e 9 de Junho de 1980*. Notícias. Nº 18327, Maputo, (09-Jun-1980).

_____. *Boletim de Câmbios a vigorar em 16, 17 e 18 de Junho de 1980*. Notícias. Nº 18336, Maputo, (16-Jun-1980). p. 9.

_____. *Metical é o nosso dinheiro*. Notícias. Nº 18334, Maputo, (16-Jun-1980), Pp. 1-9

Diploma Legislativo nº 1690. Extingue o imposto indígena e cria a Taxa pessoal anual Boletim oficial nº29 de 20/07/1957.

Maleiane, Adriano. (Governador do Banco de Moçambique). *Sistema financeiro e instrumentos de política monetária: A experiência de Moçambique*. IX Encontro de Lisboa entre Ministros de Finanças e Governadores dos Bancos Centrais dos países africanos de língua oficial portuguesa e de Portugal. Lisboa, Setembro de 1999.

Museu Nacional. *A Moeda origem e a evolução*, edições IV Congresso. Maputo: [s.e., s.d.].

Portaria nº4:768, Aprova o Regulamento do imposto indígena. Boletim oficial nº 25, 1942/06/27. Circular 818/D7, de 07/10/1942.

Secundárias

ABRAHAMSSON, Hans ; NILSSON, Anders. *Moçambique em Transição, 1975-1992*. Gorberg: Chalmers reprocentra, 1998.

Alexandre, Valentim e Dias Jill. *Nova História da expansão portuguesa: O império africano*. Estampa, 1998.

Banco Moçambique. *Banco de Moçambique, 1975-2000: Cronologia*. Maputo: Universal Pritings SA, 2000.

Capela, José. *O vinho para o Preto: Notas e textos sobre exportação do vinho para África*. Porto: Afrontamento Porto, 1973.

_____. *O imposto de palhota e a introdução de modo de produção capitalista nas colónias*. Porto: Afrontamento, 1977.

Chivulele, Fernando. *Política monetária e estrutura produtiva da economia de Moçambique*. in: Desafios para Moçambique, IESE, 2017. 203-232.

Clarence-Smith, Gervase. O 3º Império Português, 1825-1975. in: Alexandre V. e Dias J. (Coor). *Nova história da expansão: Imperio Africano*. Lisboa: Estampa, 1998.

Covane, Luís António. *O trabalho migratório e agricultura no sul de Moçambique (1920 -1992)*. Maputo: Promédia, 2001.

Cuamba-Machona, A.F.. *O significado do Imposto de capitação na economia colonial moçambicana (1942-1974)*. Maputo: UEM, 2005 [tese de licenciatura].

Echaudemasion, Clau-Danièle (coord.). *Dicionário de Economia e Ciências Sociais*. Porto: Porto Editora, 2001.

Folgosa, José. *As moedas da África oriental Portuguesa*. Porto: Porto Medico, 1956.

Gaspar, Napoleão. *Evolução de sistema bancário em Moçambique, 1975-1992*. Maputo: UEM, 2000[Tese de Licenciatura].

Hedges, David (coord.). *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Vol.3. Maputo: Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

Langa, Carmélia Ernesto. *Actividades do Banco Nacional Ultramarino em Moçambique: Da fundação à saída de Moçambique; 1864-1974*. Maputo: UEM, 1995 [Tese de Licenciatura].

Lobato, Alexandre. Breve realce pela história monetária de Moçambique. in: *Moçambique, Nascimento de uma Nação*. [s.l: s.e., s.d.].

Loureiro, José. Contributo para estudo da Moeda em Moçambique. in; *Cadernos de História* (artigo). [s.l: s.e., s.d.].

_____. A moeda em Moçambique com ênfase moeda-mercadoria: o valor histórico de metical. [s.l: s.e., s.d.].

Lofort, Ana e Geffrey,Christian. *O impacto do trabalho Migratório em Vínculos*. in: Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Arqueologia e Antropologia, coleção – Textos para debate, nº 1, Maio de 1982.

Medeiros, Eduardo da Conceição. *História de Cabo Delgado e do Niassa. C.1836-1929* Maputo: Central Impressora, 1997.

Newitte, Marlyn. *História de Moçambique*. [Lisboa]: Europa-América, 1995.

Rocha, Aurélio. *Moçambique História e Cultura*. Maputo texto editora, 2006.

Serra, Carlos (Dir.). *História de Moçambique*. Maputo: Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, 2000.

Vaïsse, Maurice. *As relações internacionais desde 1945*. Paris: Biblioteca 70, 2004.

Wuyts, M. *A organização das finanças e o desenvolvimento económico em Moçambique: Do sistema capitalista ao desenvolvimento socialista*. UEM, 1983, Texto 105.

Capítulo VII: Anexos

Funcionamento da Zona Monetária de Escudo

Região	Moeda	Sistema de troca
Moçambique	Escudo moçambicano	<ul style="list-style-type: none">• Meio de pagamento é o escudo moçambicano;• Dentro de território colonial não há restrições quantitativas ou direitos aduaneiros nas trocas entre regiões coloniais (p.e. entre Tete e Zambézia) portanto, a colónia constitui uma área de trocas livres.

Região	Moeda	Sistema de Trocas comerciais
Zona de escudo português	Escudo português	<ul style="list-style-type: none">• O meio de pagamento entre a metrópole e as colónias é o escudo português;• As reservas monetárias são unicamente em escudo português;• A política de criação de espaço português, procurava a criação de uma zona de trocas

		livres de mercadorias
Espaço português e o resto do mundo	Divisa estrangeiras (dólares, libras, etc.) e ouro	<ul style="list-style-type: none"> • Os meios de pagamentos são ouro e divisas; • As reservas do espaço são ouro e as divisas centralizadas na metrópole; • Nas trocas comerciais de bens e de serviços aplicam-se restrições quantitativas e de direitos aduaneiros em função a política proteccionista de Portugal determinada pelos interesses da metrópole; • Para obter divisas para pagar as importações, as colónias tinham que ir através da metrópole, que centralizava as mesmas.

Wuyts, 1983

Confidencial-

8/6
Fiduciária

ACORDO CAMBIAL

Nos termos do artº.3º.do decreto 12.752,de 27 de Novembro de 1926,entre o Governo da Colónia de Moçambique e o seu Banco Emissor, ficam acordados, para vigorar no trimestre que decorre de 1 de Julho a 30 de Setembro de 1929, os cambios seguintes:-

1º.- PARA NOTAS DE LIBRAS DA EMISSÃO DO B.N.U.

O cambio de venda local da nota de libra por escudos, moeda da Colónia, continua a ser igual e regulado pelo cambio bancario oficial de venda de cheques em Lisboa sobre Londres; e o cambio de compra das mesmas notas será 1/2% inferior áquelle.

2º.- PARA OURO INGLEZ AMOEDADO E NOTAS DOS BANCOS DA UNIÃO.

O cambio de compra ^{e venda} de libras e meias-libras em ouro inglez, e de notas de mesmo padrão, emitidas pelos Bancos da União que, segundo o acordo de 30 de Março ultimo, fecha neste trimestre ao par - 2%, contra notas de libras da emissão do B.N.U., e de Esc.98\$50 - 100\$47, contra notas de escudos, moeda colonial, manter-se-há sem alteração durante o trimestre a decorrer de 1 de Julho a 30 de Setembro de 1929.

3º.- PARA CHEQUES E SAQUES S/LONDRES E JOHANNESBURG.

Os cambios de compra e venda para saques e cheques a/v, s/Londres e Jáhannesburg serão eguaes aos do nº.2º., e estabelecidos em observancia do disposto dos dois numeros precedentes.

4º.- PARA CHEQUES E SAQUES S/LISBOA.

a)-As cotações cambiais para compra e venda de cheques e saques s/Lisboa, terão por base as cotações do ouro, em concordancia com as disposições dos numeros: primeiro, segundo, e alinea b) deste numero.

b)-Com o fim de proteger a moeda da Colónia, e em concordancia com o principio que vem sendo observado, o Banco, de acordo com o Governo da Colonia, manterá para Lisboa um cambio diverso do fixado em o nº.3º., tomadas em consideração as di-

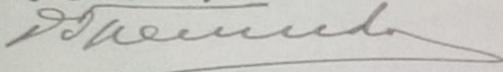
- ACORDO CAMBIAL -

ferenças entre as cotações officiaes de Lisboa/Londres e as cotações da Bolsa de Londres sobre Lisboa.

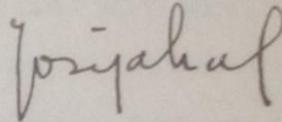
c)-Em consequencia da disposição contida na clausula precedente, serão diferentes as taxas de transferencia (diferença cambial e premio ou comissão bancaria) para escudos metropolitanos e para libras inglezas, respectivamente contra escudos e contra notas de libras da colonia.

Em firmeza do que, assignamos este acorde, em duplicado, no palacio do Governo da Colonia, aos 28, de Junho de 1929.

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
O Gerente,



O GOVERNADOR GERAL,



Exm^o. Snr.

Para os efeitos que estabelecem o paragrafo unico do art^o. 7^o. do Decreto n^o. 12.752, de 27 de Novembro de 1926, e clausula 8^a do contracto celebrado entre o Estado e este Banco em 27 de Dezembro do mesmo ano, temos a honra de comunicar a V.Ex^a. que a circulação de notas na provincia de Moçambique, em 28 de Fevereiro findo, e respectiva reserva monetaria, segundo as informações telegraficas recebidas, eram assim constituidas:

Á circulação Escudos....	Escudos Moçamb.	68.007.000\$00
equivalentes a 5% a favor	"	
de Moçambique).....	Metropol.	71.407.350\$00
correspondia a reserva mo-	"	
netaria de.....	"	23.802.450\$00
que temos constituida em	"	
bilhete do Tesouro.....	"	12.500.000\$00
e em Libras ouro 115.000..	"	11.385.000\$00

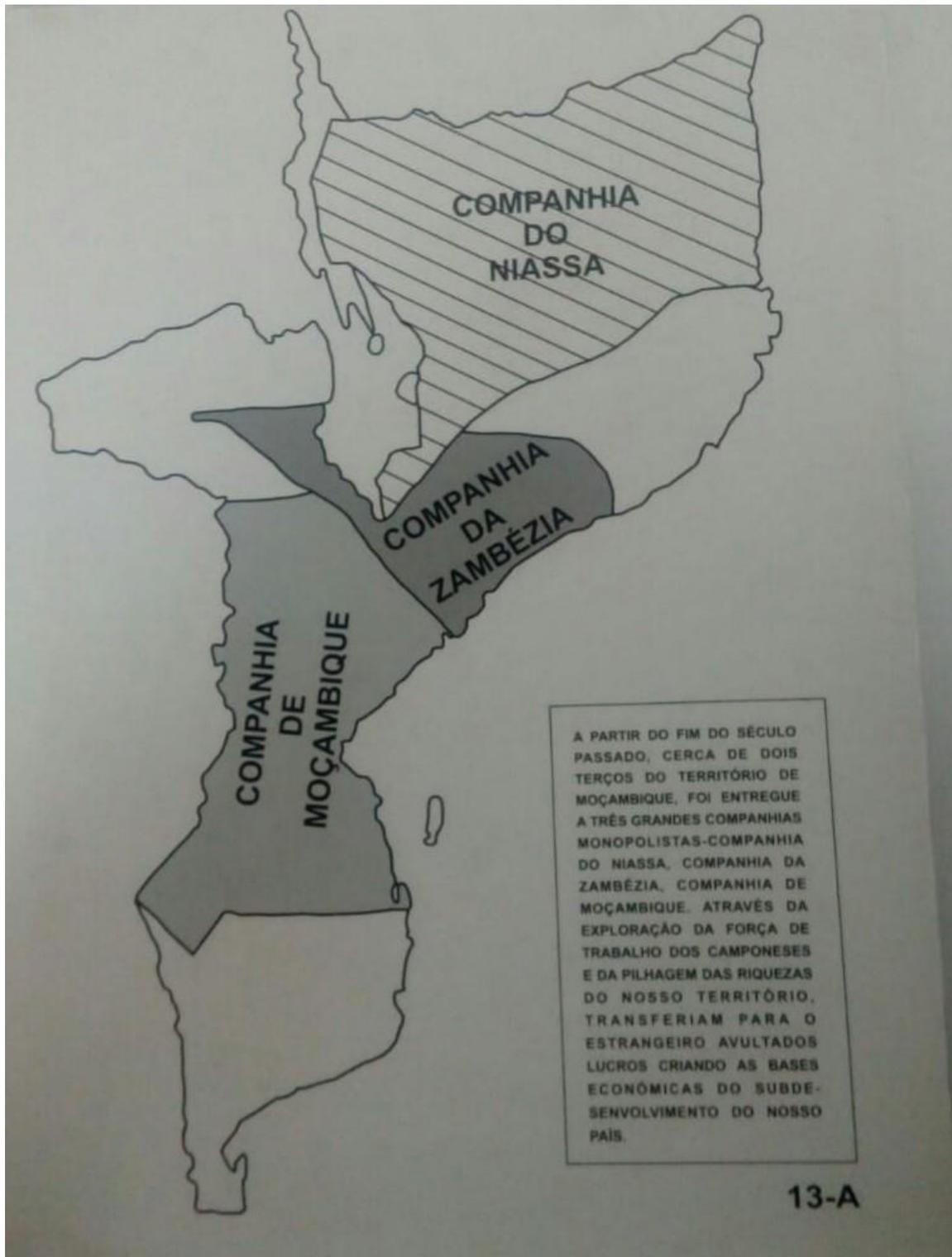
Á circulação de Libras..	Libras Moçamb.	75.691 -/-
equivalentes ao cambio fi-	"	
xado (1,5%) a.....	Ouro	74.572 -/-
correspondia a reserva mo-	"	
netaria de.....	"	24.857 -/-
que constituimos nessa es-		
pecie.		

Deste officio, nos termos das disposições legais acima citadas, enviamos copia a Sua Ex^a. o Governador Geral da provincia de Moçambique, por intermédio da nossa Filial em Lourenço Marques.

Saude e Fraternidade

Lisbia, 4 de Abril de 1929.

Exm^o. Snr. Commissario do Governo junto deste Banco.



Divisão territorial face administração colônia em Moçambique



Moeda da companhia de Niassa que emitida na Inglaterra



Libra esterlina, moeda de Companhia de Moçambique, emitida pelo Banco da Beira



Escudo colonial, emitida pelo Banco Nacional Ultramarino



Tesseras, ficha que eram usadas para o pagamento, na falta de moeda



Nota de escudo, depois da revisão da constituição em 1951



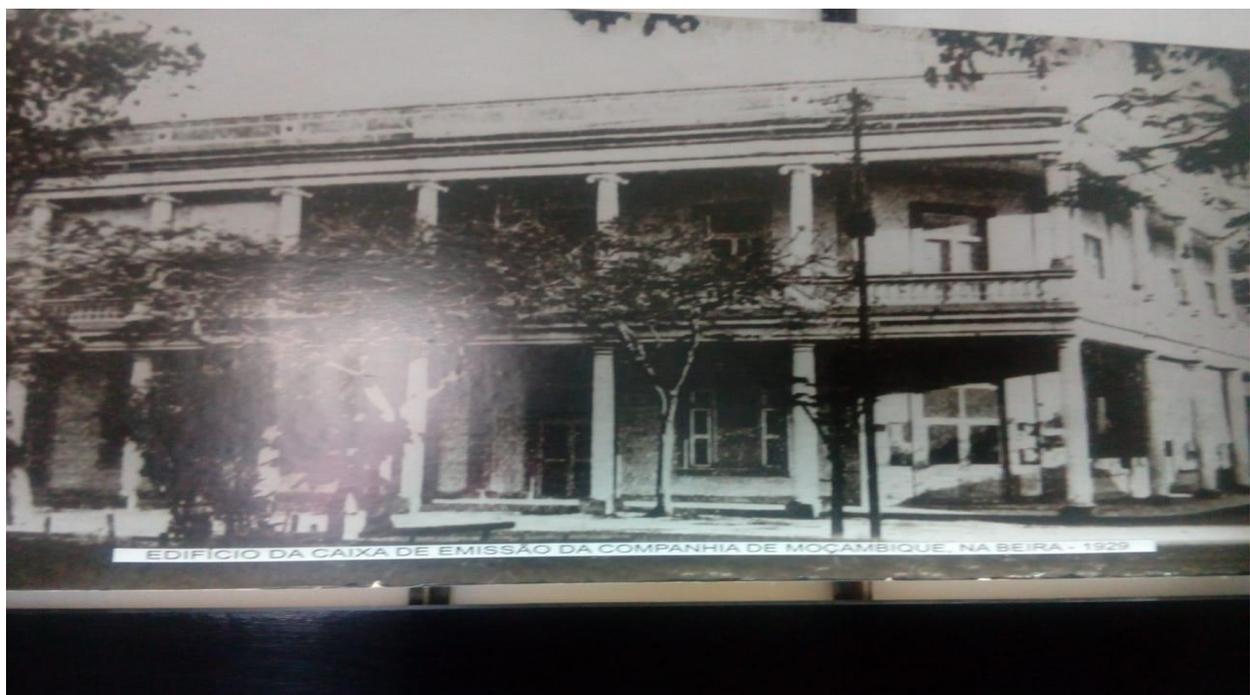
Metical, Moeda de Moçambique independente



Pond, Moeda su-africana



Edifícios de Banco Nacional Ultramarino em Moçambique



Banco da Companhia de Moçambique com sede na cidade da Beira